



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10283.002127/99-56
Recurso nº : 121.964
Acórdão nº : 202-16.505

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 16 / 02 / 07
C	
Rubrica	

2º CC-MF
Fl.

Recorrente : MINERAÇÃO TABOCA S/A
Recorrida : DRJ em Belém - PA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Segundo Conselho de Contribuintes
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília-DF, em 29/9/2005

Cleuza Takafuji
Cleuza Takafuji
Secretária da Segunda Câmara

PIS. LEI COMPLEMENTAR Nº 07/70. BASE DE CÁLCULO.
AUTO DE INFRAÇÃO.

A base de cálculo da Contribuição ao PIS, na forma da Lei Complementar nº 7/70, era o faturamento verificado no sexto mês anterior ao da incidência, critério que não restou observado quando da autuação.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por MINERAÇÃO TABOCA S/A.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 2005.

Antônio Carlos Atulim
Antônio Carlos Atulim
Presidente

Marcelo Marcondes Meyer-Kozlowski
Marcelo Marcondes Meyer-Kozlowski
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Antônio Carlos Bueno Ribeiro, Gustavo Kelly Alencar, Maria Cristina Roza da Costa, Raimar da Silva Aguiar e Antonio Zomer. Ausente o Conselheiro Dalton Cesar Cordeiro de Miranda.



Processo nº : 10283.002127/99-56
Recurso nº : 121.964
Acórdão nº : 202-16.505

Rehabeti
Cleusa Takafuji
Secretaria da Segunda Câmara

Recorrente : MINERAÇÃO TABOCA S/A

RELATÓRIO

Por bem descrever os atos praticados no presente feito, adoto como relatório aquele constante da r. decisão de fls. 172/176 em sua inteireza:

"Em decorrência de ação fiscal desenvolvida junto à empresa qualificada, foi lavrado o auto de infração de fls. 01/57, que exige o recolhimento de R\$1.256.726,55, a título de contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, nos períodos de junho a setembro de 1995 e de abril de 1997 a junho de 1988, com fulcro no artigo 3º, b, da Lei Complementar nº 7/70, c/c artigo 1º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 17/73; Título 5, Capítulo 1, Seção 1, seção 1, b, itens I e II, do Regulamento do PIS/PASEP, aprovado pela Portaria MF nº 142/82.

Às fls. 04/05, encontram-se a Descrição dos Fatos e o Enquadramento Legal, onde se acham registrados os fatos que deram origem à autuação:

'FALTA DE RECOLHIMENTO POR COMPENSAÇÃO INDEVIDA:

Verificamos que o contribuinte deixou de recolher a contribuição para o PIS, relativas aos meses de ABRIL/97 a JUNHO/98, em virtude de compensação com diferença de recolhimentos, a seu favor, decorrente da suspensão dos Decretos-Lei nº 2.445 e 2.449, de 1988, conforme petição constante do processo fiscal nº 10.283-001.182/97-67, de 24/03/97 (DRF-Manaus), no valor total de R\$ 1.243.242,28 (1.500.232,02 UFIR), de acordo com demonstrativo anexo.

Ocorre que, de acordo com os Pareceres PGFN nº 1.185/95, de 06/11/1995, e MF/MSRF/COSIT/DIPAC nº 156, de 07/05/1996 (cópias anexas), a suspensão dos referidos Decretos-Lei, através da Resolução do Senado Federal nº 49, de 10/10/95, NÃO IMPLICA restituição das quantias pagas anteriormente, cabendo, neste caso, ao interessado buscar o indébito através de ação própria perante o Poder Judiciário.

Assim sendo, procedemos ao lançamento da contribuição INDEVIDAMENTE COMPENSADA, nos respectivos meses efetivamente não recolhidos e não lançados.

RECOLHIMENTO A MENOR EM VIRTUDE DE ERROS NAS BASES DE CÁLCULO:

Verificamos que o contribuinte recolheu contribuição A MENOR para o PIS, nos meses de junho a setembro/1995, em virtude de erros nas bases de cálculo consideradas(...). (destaques do original)

A autoridade fiscal também trouxe aos autos cópia da petição inicial do processo administrativo nº 10283.001182/97-67, que trata do pedido de compensação de valores pagos indevidamente, conforme a sistemática dos Decretos-Leis nº 2.445/88 e 2.449/88, relativos aos meses de outubro de 1991 a setembro de 1995, conforme planilha que apresenta, informando que tal valor teria sido registrado contabilmente como 'crédito a compensar', no ativo realizável, em setembro de 1996.

Tempestivamente, em 05/05/1999, a autuada, por intermédio de procurador legalmente habilitado (mandato à fl. 75), interpôs a impugnação de fls. 65/68, alegando, em síntese, que:

a) rejeita a constituição do pretenso crédito tributário, em qualquer dos fundamentos invocados, uma vez que procedeu com integral exação fiscal, ressaltando que os seus



Processo nº : 10283.002127/99-56
Recurso nº : 121.964
Acórdão nº : 202-16.505

Cleuza Takafuji
Cleuza Takafuji
Secretária da Segunda Câmara

procedimentos encontram-se lastreados em entendimentos que lhe asseguram a legalidade das condutas adotadas em relação ao objeto da autuação;

b) no que diz respeito ao direito de compensação, os Decretos-Leis nº 2.445/88 e 2.449/88 promoveram substanciais alterações na forma do cálculo da contribuição para o PIS determinada pela Lei Complementar nº 7/70, com as modificações inseridas pela Lei Complementar nº 17/73, sendo que, após retiradas a vigência e a eficácia dos malsinados decretos-leis, retornaram as aplicações das leis complementares, o que implica que detém o crédito oriundo dos recolhimentos de valores indevidos, situação que a motivou a proceder legitimamente a compensação com os débitos originados do mesmo tributo, conduta essa que encontra total amparo no sistema constitucional, estando respaldado no artigo 66 da Lei nº 8.383, de 1991, e nos artigo 73 e 74 da Lei nº 9.430, de 1996, bem como na Instrução Normativa SRF nº 21, de 1997, sendo que a constituição do pretenso crédito tributário apresenta-se improcedente; e

c) quanto às diferenças das bases de cálculo, tratadas no auto de infração, procedeu em estrita consonância com o entendimento consagrado em julgados administrativos, no sentido de que a contribuição para o PIS, sob a égide da Lei Complementar nº 7/70, com as modificações inseridas pela Lei Complementar nº 17/73, tem como fato gerador o faturamento e como base de cálculo o faturamento do sexto mês anterior, critério por ela adotado.

Os membros da 2ª Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Belém - PA manifestaram-se pela improcedência das argumentações de defesa, dando o lançamento por totalmente procedente, arrimando-se nos fundamentos de que, examinando-se a planilha na qual a autuada demonstra os créditos reclamados, verifica-se que tais valores têm origem na consideração de que, afastados os decretos-leis referidos, a contribuição para o PIS somente poderia ser exigida observando-se um prazo de seis meses entre o fato gerador e a competente base de cálculo, o que estaria em desconformidade com o disposto no Parecer PGFN/CAR/Nº 437, de 1998, que determina que a norma veiculada no parágrafo único do artigo 6º da Lei Complementar nº 7/70 diz respeito a prazo para recolhimento da contribuição, que teria sido modificado por leis posteriores aos decretos-leis, e que não foram dadas por inconstitucionais.

Irresignada com o acórdão de primeira instância, a autuada, tempestivamente, interpôs recurso voluntário, para o que apresentou arrolamento de bens, em substituição ao depósito recursal equivalente a 30% do valor remanescente do julgamento de primeira instância.

Na petição recursal, o sujeito passivo, em síntese, encaminha os seguintes fundamentos de defesa:

a) em preliminar, requer a nulidade do acórdão recorrido, que não teria apresentado manifestação quanto à possibilidade de compensar créditos oriundos de contribuição para o PIS, face à inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nº 2.445/88 e 2.449/88, independentemente de ação judicial;

b) no mérito, defende a legitimidade da compensação efetuada, vez que o ordenamento jurídico brasileiro assegura o direito de obter a compensação dos tributos indevidamente recolhidos na própria esfera administrativa, com o propósito de desobstruir o Poder Judiciário e evitar ônus processuais desnecessários, tanto para o contribuinte quanto para a Fazenda Pública;



Processo nº : 10283.002127/99-56
Recurso nº : 121.964
Acórdão nº : 202-16.505

Cleuzá Takafuji
Secretária da Segunda Câmara

c) enfatiza que o procedimento de compensação adotado pela empresa está respaldado no artigo 66 da Lei nº 8.383, de 1991, nos artigos 73 e 74 da Lei nº 9.430, de 1996, e na Instrução Normativa SRF nº 21/97, nada justificando o lançamento pretendido;

d) insurge-se também contra o entendimento exarado pela autoridade julgadora, quanto à interpretação e à consideração da eficácia e vigência do artigo 6º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 7/70, pois o entendimento dominante, tanto na esfera judicial quanto na administrativa, é o de que a dilação de seis meses a que se refere aquela norma trata de base de cálculo, e não de prazo de recolhimento;

e) ressalta que, nos períodos de abril de 1997 a junho de 1998, efetuou a compensação de seus débitos de contribuição para o PIS com créditos da mesma contribuição, oriundos da inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88;

f) no período de junho a setembro de 1995, portanto, entre a retirada da vigência e eficácia dos malsinados decretos-leis até a edição da Medida Provisória nº 1.212/95, efetuou os recolhimentos de contribuição para o PIS com base no artigo 6º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 7/70.

Ao final, a recorrente pugna pela anulação do acórdão de primeira instância, ou, se diverso for o entendimento, que seja o mesmo reformado, a fim de julgar improcedente e insubsistente o auto de infração, com o cancelamento do crédito tributário pretendido pela autoridade fazendária."

Às fls. 171/176, Resolução nº 202-00.518, pela qual foi convertido o julgamento do recurso voluntário em diligência à repartição de origem para que fosse apurada a liquidez e certeza dos créditos alegados, como também fosse retificada a cobrança da exação, nos seguintes termos:

- fosse calculado o valor nominal da contribuição em tela, considerando como base de cálculo o faturamento do sexto mês que antecedeu à ocorrência do fato gerador com relação ao período correspondente ao auto de infração; e
- na eventualidade de diferenças a maior entre o que foi efetivamente recolhido pela recorrente e o que seria devido com adoção do critério acima, no período enfocado, se manifestasse sobre a suficiência dos saldos acumulados desses pagamentos a maior, atualizados monetariamente com base nos índices formadores dos coeficientes da tabela anexa à Norma de Execução Conjunta SRF/Cosit/Cosar Nº 08, de 27/06/97, para a liquidação dos débitos constantes do auto de infração retificado na forma do item anterior.

Realizada a diligência (fls. 190/321), foram os autos devolvidos a este Egrégio Conselho de Contribuintes, instruídos com o parecer de fls. 323/324 pelo qual concluiu o Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário da Delegacia da Receita Federal em Manaus - AM que, "Efetuada a imputação dos débitos apurados com os valores recolhidos restou saldo credor que, atualizado monetariamente com base nos critérios adotados pela NE Conjunta SRF/COSIT/COSAR nº 08, DE 27/06/97, extingue o crédito tributário em cobrança neste processo, fls. 03/10."

É o relatório.

J



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10283.002127/99-56
Recurso nº : 121.964
Acórdão nº : 202-16.505

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Segundo Conselho de Contribuintes
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília-DF, em 29/9/2005

Aluísio
Cleusa Takafuji
Secretária da Segunda Câmara

2º CC-MF
FI.

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR
MARCELO MARCONDES MEYER-KOZLOWSKI

O Recurso Voluntário atende a todos os requisitos extrínsecos e intrínsecos de admissibilidade, razão pela qual do mesmo conheço.

No mérito, mostra-se conclusivo o resultado da diligência realizada, tendo o Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário da Delegacia da Receita Federal em Manaus-AM verificado que *"Efetuada a imputação dos débitos apurados com os valores recolhidos restou saldo credor que, atualizado monetariamente com base nos critérios adotados pela NE Conjunta SRF/COSIT/COSAR nº 08, DE 27/06/97, extingue o crédito tributário em cobrança neste processo, fls. 03/10."*

Nesse diapasão, sendo pacífico o entendimento esposado por este Egrégio Conselho de Contribuintes, segundo o qual a base de cálculo do PIS é o faturamento de seis meses anteriores à ocorrência do fato gerador (art. 6º, parágrafo único da LC nº 07/70), critério que não restou observado no auto de infração, dou provimento ao Recurso Voluntário.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 2005.


MARCELO MARCONDES MEYER-KOZLOWSKI